



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 145/18:

Autoriza a realização de despesa e a abertura de procedimento de Contratação Simplificada para execução dos contratos de empreitada de conclusão da EN 100, Troço Rio Equimina/Lucira/Bentiaba/KM26 à EN 280, aquisição de serviços de fiscalização para empreitada de conclusão da EN 100, Troço Rio Equimina/Lucira/Bentiaba/KM26 à EN 280, empreitada para a conclusão do Troço de Moçamedes/Baia das Pipas, com extensão de 8,8 km, assegura que a aquisição dos demais serviços inerentes à boa execução dos projectos mencionados sejam tramitados no estrito cumprimento dos procedimentos de contratação pública e delega ao Ministro da Construção e Obras Públicas competência para a verificação da validade e legalidade de todos os actos subsequentes, no âmbito do procedimento até a formação e execução do referido contrato. — Revoga o Despacho Presidencial n.º 106/18, de 17 de Agosto.

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 462/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Organização e Métodos deste Ministério.

Ministério da Cultura

Decreto Executivo n.º 463/18:

Classifica como «Património Histórico-Cultural Nacional» o Fortim de Kibaxi, localizado no Município de Kibaxi, Província do Bengo.

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

Despacho n.º 225/18:

Aprova a concessão de direitos mineiros a favor da empresa ZHOUSHEN — Transportes, LDA, para a prospecção de sodalite para fins ornamentais na concessão situada no Morro Calecanauanga, Comuna de Chitato, Município do Curoca, Província do Cunene.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 145/18
de 19 de Outubro

Tendo em atenção a elevada preocupação do Executivo em implementar projectos de incidência local, de acordo com as prioridades definidas no PDN 2018/2022, com impacto substancial na melhoria da qualidade de vida das populações;

Considerando que o Ministro da Construção e Obras Públicas procedeu à inscrição de empreitadas de obras públicas no Programa de Investimento Público 2018, cuja autorização da execução da despesa é competente o Titular do Poder Executivo, em função do valor estimado do contrato;

Havendo necessidade de promoção do desenvolvimento nacional, com enfoque para a reabilitação urgente da Estrada Nacional 280, de forma a garantir melhoria na circulação de pessoas e bens, alinhado ao crescimento equitativo das várias regiões do País;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, 31.º a 33.º, 37.º, alínea d) do artigo 44.º, 143.º e seguintes, e alínea a) do n.º 2 do Anexo IV, todos da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos, o seguinte:

1.º — É autorizada a realização de despesa e a Abertura de Procedimento de Contratação Simplificada para execução dos Contratos das seguintes empreitadas:

- Empreitada de conclusão da EN 100, Troço Rio Equimina/Lucira/Bentiaba/Km 26 à EN 280, incluindo a entrada da Vila de Lucira e todas as pontes, com uma extensão de 260Km, por permitir a interligação directa entre as capitais das Províncias de Benguela e Namibe, com valor estimado em Kz: 36.943.276.395,00 (trinta e seis mil milhões, novecentos e quarenta e três milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco Kwanzas);
- Aquisição de Serviços de Fiscalização para empreitada de conclusão da EN 100, Troço Rio Equimina/Lucira/Bentiaba/Km 26 à EN 280, incluindo a entrada da Vila de Lucira e todas as pontes, com uma extensão de 260Km, por permitir a interligação directa entre as capitais das Províncias

ANEXO II

**Organigrama do Gabinete de Organização e Métodos, a que se refere o artigo 11.º
do Regulamento que antecede**



O Ministro, *Archer Mangureira*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Decreto Executivo n.º 463/18 de 19 de Outubro

O Fortim de Kibaxi é uma construção do tipo militar-defensivo dos Séculos XIX e XX que se conserva na Região dos Dembos, e um testemunho do empenho da população na defesa do território à conquista e colonização portuguesas;

Reconhecendo a necessidade de promover o seu reconhecimento como elemento do Património Histórico-Cultural do nosso País;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e no uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 14/05, de 7 de Outubro, Lei do Património, conjugado com o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 53/13, de 6 de Junho, determino:

ARTIGO 1.º (Classificação)

É classificado como Património Histórico-Cultural Nacional o Fortim de Kibaxi, localizado no Município de Kibaxi, Província do Bengo.

ARTIGO 2.º (Competência)

Às entidades da Administração Local do Estado compete a tomada de medidas para a efectiva protecção e valorização do referido Património e da sua Zona de Protecção.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Cultura.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Setembro de 2018.

A Ministra, *Carolina Cerqueira*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E PETRÓLEOS

Despacho n.º 225/18
de 19 de Outubro

O aproveitamento sustentável dos Recursos Minerais do País implica, no contexto actual, o reforço e a aceleração da diversificação das actividades de prospecção e exploração mineira, envolvendo tanto o sector público quanto o sector privado da nossa economia.

Tendo em conta que, cumprindo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 97.º do Código Mineiro, a Empresa ZHOUSHEN — Transportes, Limitada, requereu a outorga de direitos de prospecção de sodalite para fins ornamentais e candidatou-se ao exercício dos correspondentes direitos mineiros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas da alínea a) do n.º 1 do artigo 89.º e do n.º 1 do artigo 111.º do Código Mineiro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

1. É aprovada a concessão de direitos mineiros a favor da Empresa ZHOUSHEN — Transportes, Limitada, para prospecção de sodalite para fins ornamentais, na concessão situada no Morro Calecanauanga, Comuna de Chitado, Município do Curoca, Província do Cunene, na área definida pelo artigo 2.º deste Despacho.

ARTIGO 2.º (Demarcação mineira)

A área para a prospecção tem uma extensão de 50 hectares e limitada pelas seguintes coordenadas geográficas:

Vértices	Latitude	Longitude
A	17° 18' 18"S	13° 53' 05"E
B	17° 18' 12"S	13° 53' 30"E
C	17° 18' 38"S	13° 53' 29"E
D	17° 18' 36"S	13° 53' 08"E

ARTIGO 3.º (Taxa de superfície)

1. O titular dos direitos mineiros concedidos ao abrigo deste Despacho está obrigado a pagar a taxa de superfície pelo tempo que durar a fase de prospecção, no valor equivalente em Kwanzas a dois dólares dos Estados Unidos da América, por Km no primeiro ano, quatro dólares no segundo ano, seis dólares no terceiro ano, dez dólares no quarto ano e quinze dólares no quinto ano, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 261.º do Código Mineiro.

2. A Direcção Nacional de Recursos Minerais fica autorizada a emitir a guia de cobrança das taxas referidas neste artigo, relativamente ao primeiro ano.

3. A Direcção Nacional Recursos Minerais deve proceder à cobrança da taxa relativa aos anos seguintes, bem como proceder à fiscalização e controlo do integral cumprimento desta obrigação, no âmbito do acompanhamento técnico da execução do projecto.

ARTIGO 4.º (Duração)

Os direitos mineiros de prospecção atribuídos ao abrigo do presente instrumento têm a duração de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogados até ao limite de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 125.º do Código Mineiro.

ARTIGO 5.º (Relatórios da actividade)

1. O titular dos direitos mineiros concedidos ao abrigo deste Despacho fica obrigado a prestar ao Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos as informações económicas e técnicas decorrentes da sua actividade, bem como a apresentar dos relatórios periódicos por lei exigidos.

2. Os relatórios referidos no número anterior incluem uma descrição detalhada da execução dos planos de gestão ambiental, formação e acção social, aprovados no quadro do presente investimento mineiro.

ARTIGO 6.º (Reserva legal obrigatória)

1. Uma vez viabilizada a exploração, os resultados da actividade mineira devem ser reduzidos anualmente os valores necessários à constituição da reserva legal de 5% do capital investido, destinada ao encerramento da mina e reposição ambiental em obediência ao disposto n.º 3 do artigo 133.º do Código Mineiro.

2. No prazo de seis meses, os titulares dos direitos mineiros de prospecção devem apresentar ao Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos os elementos demonstrativos de que a reserva legal referida no número anterior estará completa e disponível quando ocorrer o fim do ciclo de produção da mina.

ARTIGO 7.º (Postos de trabalho gerados)

O titular do direito mineiro ora outorgado deve remeter à tutela até Novembro de cada ano, as informações actualizadas sobre o número de empregos criados, classificados por nacionalidade e género, bem como outros postos de trabalho gerados a favor de segmentos populacionais que beneficie de protecção social diferenciada por parte do Estado.

ARTIGO 8.º (Fundamentos para Revogação do Título de Prospecção)

Os direitos mineiros aprovados por este instrumento são revogados com fundamento no artigo 56.º do Código Mineiro.

ARTIGO 9.º (Formas de resolução de litígios)

As formas de resolução de litígios são as previstas no Código Mineiro e demais legislação angolana aplicável, privilegiando-se as soluções que menos prejudiquem a contribuição do Sector Mineiro para a economia e os empregos gerados em virtude da constituição do direito mineiro em questão.